

CURRÁS REFOJOS, Brais Xosé – *Las Sociedades de los Castros entre la Edad del Hierro y la Dominación de Roma. Estudio del Paisaje del baixo Miño*, Bibliotheca Praehistorica Hispana, Vol. XXXV, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Conceção Grafica Estudios Gráficos Europeos S.A, 2019, 541 páginas ilustradas, ISBN: 978-84-00-10592-1

[http://doi.org/10.14195/1647-8657\\_60\\_9](http://doi.org/10.14195/1647-8657_60_9)

A Bibliotheca Praehistorica Hispana (BPH) é uma prestigiada coleção de monografias de investigação, fundada pelo Professor Martín Almagro Basch em 1958, editada pelo Departamento de Prehistoria del Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC). O volume XXXV, que me apraz analisar, corresponde à publicação da Tese de Doutoramento de Brais Xosé Currás Refojos, defendida na Universidade de Santiago de Compostela em 2014, que vem assim enriquecer esta coleção com um volume de grande interesse. Este novo livro insere-se no quadro programático desta coleção, aportando uma perspetiva monográfica a um tema assaz pertinente, o mundo Castrejo, conferindo-lhe uma abordagem inovadora com um novo quadro teórico-metodológico de referência.

Conta a obra, com prólogo do Doutor Pedro López Barja de Quiroga da Universidade de Santiago de Compostela e da Doutora Almudena Orejas Saco del Valle do CSIC. Logo a abrir o seu texto, explanam que apesar da obra se delimitar no seu título como centrada numa zona determinada, o baixo Minho, esta tem uma ambição muito maior. Definindo-a como o estudo, “más riguroso y exhaustivo referido a la Edad del Hierro en el noroeste de la Península Ibérica realizado en los últimos años”.

Esta obra tem um quadro de enquadramento e problematização prévio, ambicioso, característico das obras de grande fôlego. Pretendendo, empreender o estudo das estruturas sociopolíticas, e das formas de organização das formações sociais da Idade do Ferro no noroeste peninsular, assim como, das transformações que estas experimentam durante o processo de integração no império romano. O ponto de partida para o desenrolar da argumentação, é a análise territorial sistemática dos dados arqueológicos do baixo Minho, e de todo o quadrante noroeste da península ibérica numa perspetiva de arqueologia da paisagem.

Desde as primeiras escavações de Martins Sarmiento, no final do século XIX, até às mais recentes intervenções fruto de arqueologia de contrato, produziram-se milhares de páginas que pautam a história da arqueologia do mun-

do dos Castros. Sendo de assinalar que muita desta investigação até meados dos anos oitenta se tenha centrado na fachada atlântica. Esta história da ciência criou um desequilíbrio entre o interior e o litoral no que diz respeito ao volume de dados. É assim que, as primeiras periodizações do mundo dos Castros, (SILVA, 1986), as tipologias cerâmicas (REY CASTIÑEIRAS, 1991), os modelos territoriais (MARTINS, 1990), ou seja a maioria dos dados que entendemos como definidores da denominada “Cultura Castreja”, procedam da análise do registo da zona costeira do noroeste. Contudo, a partir da segunda metade da década de oitenta do século passado, emergem vários estudos territoriais levados a cabo em zonas do interior que vêm ampliar a visão de conjunto da Idade do Ferro desta região. É o caso dos estudos em torno da Serra de Cabrera (SÁNCHEZ PALENCIA e FERNÁNDEZ-POSSE, 1985), da área de Trás-os-Montes (LEMONS, 1993), do vale de Noceda (ÁLVAREZ GONZÁLEZ, 1993) etc. O trabalho que temos em mãos revela um exaustivo conhecimento da literatura da especialidade, tendo o autor de forma inteligente, equilibrada e crítica, conseguido gerir o crescente e contínuo fluir dos dados sobre as ocupações em toda esta vasta área.

O livro “*Las Sociedades de los Castros entre la Edad del Hierro y la Dominación de Roma. Estudio del Paisaje del baixo Miño*”, estrutura-se em cinco extensos capítulos, onde se abordam diferentes prismas do complexo mundo proto-histórico do baixo Minho, e um capítulo final mais conciso onde se almeja uma conclusão.

O primeiro capítulo prende-se com a análise das formações sociais na Idade do Ferro. De facto, a investigação desenvolveu nas últimas décadas um pertinente debate acerca da caracterização antropológica da estrutura social das comunidades dos castros. As posições oscilam entre os defensores de uma sociedade hierarquizada com elementos próprios de uma aristocracia guerreira e aqueles que defendem a existência de formações sociais segmentárias sem relações de exploração de classe. O autor inicia a abordagem precisamente com um esclarecido debate sobre os diferentes modelos propostos para a área em análise, nomeadamente das Sociedades baseadas no parentesco; O Paradigma hierárquico; O Celticismo; as *Societés à Maison* e as Sociedades Segmentárias, apresentando uma visão crítica da investigação atual sobre a Idade do Ferro do Noroeste. Após essa revisão, propõe uma redefinição do Modelo Segmentário de E. Durkheim, aplicando-o como proposta explicativa para as comunidades indígenas do noroeste.

No segundo capítulo, empreende-se a aplicação deste modelo, “*El Baixo Miño, una Sociedad Segmentária*”. Pretendendo-se levar a cabo a análise das formações sociais anteriores ao século II a.C. através da análise do estudo do conjunto dos 166 povoados do baixo Minho. A questão de base subjacente é a da validação da hipótese da existência de uma uniformidade estrutural na organização socioeconómica e nas estratégias territoriais, nesta região até à chegada dos exércitos romanos. Com esse fim analisa-se a história das comunidades humanas que ocuparam estes povoados fortificados alcantilados ao longo de cerca de mil anos, desde a Idade do Bronze até ao final da Idade do Ferro. O Castro represen-

ta o nível base dentro da estruturação política e constitui o marco de referência para as relações intercomunitárias. Assim, segundo o autor, o mais significativo do espaço social castrejo é a formação de uma paisagem dividida marcada pela equivalência de todos os povoados e a ausência de uma hierarquização. O povoamento organiza-se de forma mecânica, por meio de uma replicação de agregados equivalentes, quer em dimensão quer em estrutura e organização interna, não se verificando a existência de um centro político administrativo. Teríamos assim, uma organização territorial durante a Idade do Ferro definida por uma estruturação política descentralizada e igualitária do povoamento.

Na terceira parte do trabalho, o autor pretende ampliar a análise, estendendo ao conjunto do noroeste a hipótese do modelo segmentário. Para avaliar os padrões de dispersão e as dinâmicas de interação no povoamento da Idade do Ferro, apresenta um impressionante mapa, com a cartografia onde se tenta mapear todos os castros do quadrante norte ocidental da Península Ibérica, com um total de 4339 povoados. Não deixa de ser esmagador este volume de informação, para um investigador, como é o caso do autor destas linhas, que trabalha na área do baixo Tejo e península de Lisboa, onde na melhor das hipóteses podemos cartografar para as mesmas épocas umas escassas centenas de sítios. O Castro é definido neste trabalho como uma aldeia campesina, claramente delimitada e demarcada por meio de um recinto definido mediante elementos artificiais que podem funcionar com um sentido defensivo, mas que sobre tudo servem para marcar a individualidade do grupo e a sua projeção no território. A paisagem castreja forma-se assim pela representação da individualidade de cada comunidade respeitante às demais.

No quarto capítulo aborda-se o estudo das particularidades da estrutura sociopolítica das formações sociais dos castros da Idade do Ferro dentro do modelo segmentário. Cada comunidade contrapõe-se às outras, ou seja, um grupo para existir como unidade autónoma com entidade política própria necessita do outro para se opor. De acordo com esta leitura de Currás Refojos, “a dialética entre o isolamento e a interação, oposição e integração, constitui a base do funcionamento da oposição complementar que rege as esferas da interação intercomunitárias”. O antagonismo generalizado entre as comunidades castrejas funciona como elemento de afirmação de cada grupo. Contudo a guerra, apesar de estar presente neste contexto, não é entendida neste estudo como elemento capaz de determinar a estruturação social. Apresenta-se uma pertinente revisão dos elementos de armamento presentes nos contextos proto-históricos do noroeste, com uma cartografia atualizada. Permitindo uma reconstrução da panóplia do guerreiro da Idade do Ferro desta região, formada basicamente por armas ligeiras e curtas. É interessante os paralelos traçados entre os vestígios físicos desse armamento e a sua representação da arte rupestre do vale do Côa. No plano de estruturação social, cada comunidade castreja forma-se por um conjunto de unidades domésticas, equivalentes entre si e que acedem de forma igualitária aos meios de produção. Estaríamos assim perante uma organização política de carácter coletivo, que teria por base o tamanho das

aldeias fortificadas, com grupos humanos que normalmente não superavam as 150-200 pessoas. Por último, neste capítulo aborda a complexa questão dos contactos com o mundo mediterrâneo, que tanto têm vindo a ser valorizados nos últimos anos. A revisão dos dados e a sua devida contextualização, vem demonstrar que essas relações de intercâmbio existem de facto, contudo, têm um carácter esporádico muito pouco regular. Sendo que a maioria dos materiais valorizados como púnicos, corresponde na sua maioria já a importações datadas do período romano republicano.

O quinto capítulo aborda o processo de integração no Império Romano. O desembarque dos exércitos de Roma na península Ibérica, marca um antes e um depois nas comunidades indígenas do noroeste. Assiste-se ao colapso do modelo segmentário e à aparição da hierarquização e estratificação social. Para Currás Refojos, não é possível compreender a evolução das sociedades dos castros a partir do século II a.C. sem introduzir Roma, na equação dos processos históricos de mudança. Com a chegada de Roma, surgem as primeiras fontes escritas, contudo o que conhecemos pelas referências literárias para esta época é muito escasso e fragmentário. Desde o final do século II a.C., durante o século I a.C. e até as Guerras Cantábricas sucedem-se uma série de incursões na zona do noroeste. Como é bem assinalado, essas operações militares, como aliás o processo de conquista da fachada atlântica, não responde a um esquema organizado de conquista, antes pelo contrário decorre das necessidades conjunturais dos generais romanos no marco das guerras civis que durante parte do século I a.C. tem como cenário o extremo ocidente peninsular. Aborda-se a problemática da eventual integração do noroeste na província da *Ulterior*, assim como, da efémera província Transduriana, que terá funcionado durante o desenrolar das guerras Cântabras, e que nos demonstra a percepção de este ser um território singularizado.

Em sùmula a organização do território nesta fase, plasmado pelo registo arqueológico, leva o autor a interpretar como demonstrativo da destruturação do modelo político territorial segmentário sendo este substituído por um novo sistema social. Destaca-se nesse novo modelo, o emergir dos grandes castros, as nossas citânias, que materializam uma nova articulação político territorial. Podendo esta reestruturação do povoamento ser explicada por movimentação de populações na sequência do processo de conquista, correspondendo estes à aparição de comunidades favorecidas pela sua colaboração com Roma e o surgir de novas formas de alianças e encontros entre grupos. De qualquer forma, dentro da nova configuração do território não existem indícios claros de que os grandes castros possam ter atuado como centros de poder, com capacidade para englobar um conjunto de povoados subordinados. Com o final das Guerras Cântabras e o início do principado de Augusto começa um novo processo de mudança em que o poder de Roma se estende de forma sistemática a todo o território. O vale do Minho é assim aglutinado numa lógica provincial, numa nova entidade política administrativa a *Civitas* dos *Grovii*. A definitiva dissolução da entidade política do

castro dentro do marco da *Civitas* conduz gradualmente à sua desapareição enquanto forma de povoamento.

Esta obra, que aqui tentamos recensear apresenta-se como uma abordagem de largo espectro ao complexo e multifacetado mundo dos Castros, evidenciando uma abordagem inovadora, sendo sem dúvida um marco de referência futuro. Ainda que possa ter interpretações distintas do autor, em relação a algumas das leituras e propostas, não posso deixar de sublinhar o amplo quadro teórico-metodológico de referência de que se munuiu. Um dos aspetos que mais me marcou foi sem dúvida a forma como aborda o processo de conquista e consolidação militar do poder de Roma nestas latitudes mais setentrionais. Ainda que à data em que assina este trabalho pouco se sabia sobre a efetiva presença militar e sobre a presença de acampamentos romanos nesta região, nos últimos anos essa tem sido sem dúvida uma nova revolução na arqueologia desta região.

Resta referir a excelente qualidade gráfica da paginação e do design deste volume, convidando os interessados na história e arqueologia da Lusitânia e da Tarraconense a apreciarem e aprenderem com esta marcante publicação.

## BIBLIOGRAFIA

- ÁLVAREZ GONZÁLEZ, Y. (1993) – *Arqueología del paisaje: modelos de ocupación y explotación en el valle de Noceda (León) durante el tránsito del mundo prerromano al romano*, Tese de Doutoramento, Universidade Complutense de Madrid.
- DURKHEIM, E. (1987) – *La división del trabajo social*, Madrid: Akal.
- LEMO, F. S. (1993) – *Povoamento romano de Trás-os-Montes oriental*, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho.
- MARTINS, M. (1990) – O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado, *Cadernos de Arqueologia. Monografias 5*, Braga: Universidade do Minho.
- REY CASTIÑEIRAS, J. (1991) – *Yacimientos castreños de la Vertiente Atlántica: análisis de la cerámica indígena*, Tese de Doutoramento, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, Universidade de Santiago de Compostela.
- SÁNCHEZ PALENCIA, F. J.; FERNÁNDEZ-POSSE, M. D. (1985) – *La Corona y el Castro de Corporales I. Truchas (León). Campa~mas de 1978 a 1981. Excavaciones Arqueológicas en España. 141*, Madrid: Ministério de Cultura.
- SILVA, A. C. F. da (1986) – *A cultura castreja no noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

João Pimenta

*Centro de Estudos Arqueológicos Vila Franca de Xira*  
– CEAX | *Universidade de Lisboa*  
– UNIARQ (*Centro de Arqueologia*), *Faculdade de Letras*  
joao.marques@cm-vfxira.pt  
<https://orcid.org/0000-0001-5149-5566>